

36º Encontro Anual da ANPOCS

21 a 25 de outubro de 2012

Águas de Lindóia, São Paulo

GT 11

Estudos Rurais e Etnologia Indígena: diálogo e intersecções

Coordenadoras:

Maria Rosário Gonçalves de Carvalho (UFBA)

Emilia Pietrafesa de Godoi (UNICAMP)

REGRA DE TRÊS:

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE DISTINTAS EXPERIÊNCIAS COM A
INFÂNCIA**

Emilene Leite de Sousa

Doutoranda em Antropologia Social/UFSC

Professora da UFMA

Apresentação

Este artigo constitui-se de uma análise comparativa entre três experiências distintas com a infância a partir dos seguintes recortes: infância camponesa, infância indígena e das crianças quebradeiras de coco babaçu.

O meu objetivo neste artigo é a construção de um modelo comparativo a partir dos elementos que são recorrentes nos três casos: a experiência destas crianças com a ludicidade, com a aprendizagem e a sua participação no processo produtivo (ou a realização das tarefas domésticas). O fio condutor destes sinais diacríticos nos três casos é o processo de socialização que enreda elementos para garantir a inserção das crianças no seio da cultura a que pertencem.

Este artigo se constrói com base na minha experiência em pesquisa com infância desde 2002 e a partir de um triângulo cujos vértices são a infância camponesa Capuxu no sertão da Paraíba, a infância das crianças indígenas Tentehar-Guajajara no Maranhão e a experiência com a infância vivenciada em reservas extrativistas pelas crianças quebradeiras de coco babaçu no Maranhão.

Infância no caleidoscópio

Esta análise comparativa nasce de uma constatação. Ao longo dos anos tenho me dedicado a análise da experiência com a infância por distintas culturas, especialmente a partir dos recortes, urbano, rural, indígena e de crianças que habitam reservas extrativistas. Estas várias fontes de pesquisa, com o passar do tempo, compuseram para mim uma espécie de caleidoscópio, onde os mesmos elementos eram ora associados, ora dissociados, algumas destas experiências sendo marcadas por alguns elementos a mais, outras a menos, mas cujo átomo da infância permanecia inalterado.

Aquilo que aqui eu denomino de átomo da infância seria uma trilogia cujas características constituintes seriam a ludicidade, a aprendizagem (escolar ou não-escolar) e a participação das crianças no processo produtivo (no caso das crianças quebradeiras de coco babaçu e camponesas) ou na realização de tarefas domésticas (mais presente para as crianças indígenas, embora também em todas as outras experiências)¹.

¹ Gostaria de sugerir que as referências sobre a participação das crianças no processo produtivo, realização do trabalho ou de tarefas domésticas correspondem ao processo de criação de senso de responsabilidade e disciplina para as crianças, que nestes casos específicos se revelam através destas três experiências com o trabalho, a participação no processo produtivo ou a realização das tarefas domésticas. Tomando este

Este modelo que por ora construo e toma três elementos recorrentes não se deseja universal. Ao longo do artigo tentarei demonstrar como estes três elementos sofrem pequenas variações, como o caso daquilo que chamaríamos de trabalho entre as crianças camponesas, participação no processo produtivo entre as crianças quebradeiras de coco babaçu e realização de tarefas domésticas em torno de roçados ou nos arredores da casa (presente entre as crianças indígenas e também camponesas). Entretanto estes três aspectos recorrentes em experiências distintas com a infância podem nos dar uma pista de como em nossa sociedade construímos valores distintos para garantir a socialização das crianças no seio da cultura na qual estão inseridas, e seria a socialização o fio condutor destas experiências.

Estes elementos foram verificados em campo, sendo legitimados pelas comunidades pesquisadas - pelos adultos, através de seus discursos, e pelas crianças, através de suas práticas. A minha tarefa como pesquisadora não é mais do que atentar para o caleidoscópio que a experiência de pesquisa me colocou nas mãos e girá-lo com o intuito de captar as possibilidades de imagens que este instrumento pode gerar.

Não ignoro a infinidade de formas que o caleidoscópio pode engendrar a partir dos mesmos elementos findos e conhecidos que configuram a sua estrutura. No entanto, acredito na possibilidade de captar o núcleo destas experiências, para através da construção de um modelo torná-las comparáveis a partir de um exercício relativista de aproximação e distanciamento. O que eu busco comparar aqui são modelos.

Optei neste artigo por comparar três experiências, um número bastante simbólico, que corresponde também aos três aspectos que se repetem e marcam fortemente estas experiências. Mas um quarto recorte eu deixei de fora: a minha pesquisa realizada entre as crianças moradoras das palafitas do Rio Anil no centro de São Luís do Maranhão. Acrescentá-la a este exercício comparativo seria comparar o incomparável, pois as condições são deveras distintas das outras três já que, neste caso, o caleidoscópio elegeu três elementos principais que conformam estas experiências com a infância: aprendizagem, ludicidade e segurança - o trabalho, inaceitável nestes casos, foi

terceiro elemento da trilogia como a noção de responsabilidade e disciplina o modelo se torna ainda mais abrangente podendo ser estendido a outras culturas que utilizem outras formas de disciplinar as crianças. O termo trabalho é utilizado pelas crianças Capuxu em expressões como “sou menino trabalhador”. Na falta de uma nomenclatura tentei para o termo trabalho, opto por “participação no processo produtivo”. Qualquer uma das expressões pode ser utilizada para o caso das crianças quebradeiras de coco babaçu.

substituído pela segurança - condição sem a qual as crianças não sobreviveriam nas palafitas.

Conforme tentarei demonstrar ao longo deste exercício antropológico, a segurança não está ausente dos outros processos de vivência da infância, mas a depender do recorte (rural, indígena, urbano) ela pode ocupar o centro das definições da infância naquela cultura ou ser colocada em detrimento de outras preocupações, afinal as crianças camponesas, indígenas ou que habitam reservas extrativistas não estão expostas aos mesmos riscos que as crianças da zona urbana de modo que não se exige de sua comunidade os mesmos cuidados que se exige para sobreviverem nas palafitas de São Luís.

Assim, componho este caleidoscópio de elementos que se repetem com variações de roupagem, ou até se travestem uns nos outros, mas cujo objetivo é a garantia da socialização das crianças, tornando-se por isso comparáveis mesmo em recortes distintos. No caso das crianças moradoras das palafitas do Rio Anil, a busca pela sobrevivência em condições de completa miserabilidade tornava a infância um momento de busca por proteção, segurança, com uma ludicidade e aprendizagem restrita a creche-escola da comunidade, lugar onde as crianças conseguiam obter o mínimo de higienização e alimentação, além de estarem seguras².

Deste modo, neste artigo tentarei compor um desenho para infância fora dos centros urbanos, a partir de experiências de pesquisa vivenciadas em três comunidades distintas em torno de três elementos comuns encontrados nos três casos, como um exercício comparativo legítimo desde que resguardadas as diferenças apresentadas e sem tornar este modelo um modelo rígido e que se deseje universal.

As pesquisas serão apresentadas na ordem cronológica em que foram realizadas, do contrário a análise da infância experimentada pelas crianças quebradeiras de coco babaçu no Maranhão poderia, talvez, compor um elemento intermediário entre as outras duas, especialmente pela peculiaridade da forma assumida pelo trabalho das crianças que neste caso se compõe de elementos presentes nos outros dois casos.

² Os resultados desta pesquisa podem ser compreendidos melhor em Sousa (2007).

Entretanto ressalto que a trilogia dos elementos que conformam as infâncias pesquisadas repousa na socialização das crianças. Como na regra de três em matemática, tivemos três termos para a descoberta de um quarto elemento, neste caso, a socialização³.

Infância Camponesa⁴

A infância é um construto cultural sendo a sua vivência determinada por diferentes fatores que sofrem alterações de lugar para lugar⁵. Cada cultura estabelece os critérios que caracterizam a infância de suas crianças. Assim, a definição do que é ser criança e o que é infância não pode ser delimitada de modo generalizado ou universal, através de fatores do tipo cronológico, biológico, etc.

Sendo a infância eminentemente cultural, para apreendê-la o pesquisador precisa ter conhecimento de todos os aspectos que envolvem as crianças em suas relações com as coisas e as pessoas da comunidade da qual faz parte.

A infância das crianças Capuxu traz em sua vivência as manifestações da cultura Capuxu que é essencialmente camponesa. Tal qual o trabalho, a família e as demais instituições da comunidade que repousam e se fundamentam no *ethos camponês* - uma articulação entre meios de vida socialmente determinados e uma identidade culturalmente construída -, a infância Capuxu traz consigo as marcas de uma infância camponesa.

A partir da infância Capuxu, a observação participante, a convivência com as crianças e os registros que fiz acredito que a infância deva ser definida a partir de suas práticas, cabendo às crianças – a partir de suas ações – defini-la.

Comumente diz-se que a infância é determinada pela vivência do lúdico, tornando-se a ludicidade o determinante universal da infância, o que é um equívoco. A ludicidade é um aspecto essencial da infância, mas não o único. Afinal, ela não é excludente de modo que junto a ela se agrega uma série de outros fatores. É bem verdade que o ludismo é comum nas ações das crianças e que sempre que às crianças for dada a chance de agir

³ Regra de três simples é um processo prático para resolver problemas que envolvam quatro valores dos quais conhecemos três deles. Devemos, portanto, determinar um valor a partir dos três já conhecidos.

⁴ A pesquisa sobre infância camponesa realizou-se entre o povo Capuxu nos anos de 2002 a 2004 no Sítio Santana que está localizado a 8 km da cidade de Santa Terezinha, sertão da Paraíba. O povo Capuxu consiste numa comunidade camponesa endogâmica com o casamento entre primos como preferencial do local. O povo Capuxu é detentor do maior índice de alfabetização da região e atualmente nenhuma das crianças em idade escolar está fora de sala de aula.

⁵ Sobre a descoberta do sentimento de infância ver Ariès (1986). Compartilho com o autor a concepção de que a infância é uma invenção do Ocidente e acredito que esta invenção está fundamenta comumente no tripé: aprendizagem, segurança e ludicidade.

elas formatarão as suas ações ludicamente. Exatamente por isso não se deve pensar na infância como um espaço de tempo para brincar, reservado de todos os outros tempos de vida do indivíduo.

Entender a ludicidade como essência da infância é pensá-la como invólucro no qual todos os demais aspectos da infância se revestem. Em outras palavras, afirmo que não é a ludicidade a única manifestação da infância. Afirmo também que ela não ocorre em tempo e espaço reservado necessária e exclusivamente para ela, mas que ela é o invólucro da infância Capuxu, permeando todas as ações das crianças.

As crianças Capuxu e a experiência com a infância

A infância Capuxu traz consigo os fundamentos da comunidade camponesa da qual faz parte. Vários aspectos são determinantes para a vivência da infância Capuxu. Todos esses aspectos, legitimados pela comunidade de modo geral, repousam na organização econômica, social e de parentesco desta comunidade fundamentalmente camponesa. Deste modo os fatores que definem e caracterizam a infância das crianças Capuxu estão estritamente relacionados à organização da comunidade em geral.

Depositárias da possibilidade de perpetuação do *ethos* camponês, as crianças Capuxu vivenciam uma infância que une elementos que as preparam para assumir no futuro os bens e o trabalho da família. Em face disso, todos os aspectos constitutivos desta infância visam garantir a preparação das crianças para a inclusão no processo econômico e social da comunidade assegurando assim a perpetuação do campesinato Capuxu. Experimentar a infância entre este povo é fazer valer as regras que a determina.

Dentre estes aspectos constitutivos da infância camponesa e garantidores da coesão da comunidade destaco o trabalho. O trabalho camponês consta de uma aprendizagem entre gerações visto que é repassado de pais para filhos. Mas durante a infância a aprendizagem camponesa do trabalho se restringe a conhecer a terra, plantações, ciclos agrícolas, tarefas e instrumentos do trabalho. Cabe às crianças dedicarem parte do seu dia a ida ao roçado executando pequenas tarefas como levar instrumentos, café da manhã, água potável, etc.

Mas o mais importante é que a ida ao roçado e a participação no trabalho – para os adultos com caráter de ajuda - é de desejo das crianças. Elas insistem em participar do processo de limpa, plantação e colheita, estando sempre perto da família e das demais

crianças no âmbito do roçado. Participar do trabalho na roça, seja como for, faz das crianças orgulhosas de si mesmas, sentindo-se úteis e responsáveis na comunidade. Só estão isentas desse trabalho as crianças portadoras de necessidades especiais, que não são muitas na comunidade. Excluir uma criança do trabalho numa comunidade camponesa é semelhante a excluí-la de toda a organização social, uma vez que esta repousa no trabalho familiar.

Deste modo, a participação no trabalho agrícola é um fator determinante da infância Capuxu. Esta participação se torna cada vez mais efetiva com o passar dos anos alcançando seu ápice na juventude e podendo perdurar por toda a vida, especialmente dos homens.

Mas o trabalho infantil Capuxu não está restrito ao roçado. As crianças desenvolvem uma série de tarefas domésticas no âmbito da casa e em seus arredores. Todas estas tarefas são fundamentais para a infância no sentido de que tornam as crianças disciplinadas, responsáveis, honestas, etc. Estes valores, acreditam seus pais, são apreendidos na infância, quando às crianças são atribuídas tarefas que elas devem cumprir com seriedade.

As tarefas domésticas são inúmeras e superam as tarefas do roçado em quantidade e importância quanto menor for a criança. Buscar o leite, alimentar seus animais, botar água para a mãe que lava roupa e ligar o poço artesiano são algumas delas. Todas estas são comuns à infância Capuxu de modo que a não participação na efetivação destas tarefas especialmente infantis foge à idéia de infância normal e saudável da comunidade. Isto também porque essas tarefas cabem somente às crianças e são a elas devidas, sendo apenas em casos extremos em que a criança não possa realizá-las - como no caso de doença - realizadas por adultos.

Além do trabalho na roça ou doméstico, outro aspecto determinante e definidor da infância Capuxu é a escola. Todavia, a escola tem tempo previsto para ter início, estando este tempo mais rigorosamente determinado do que o tempo do trabalho.

A partir dos cinco anos as crianças Capuxu são matriculadas na escola da comunidade, entretanto, a ânsia por acompanhar os irmãos maiores leva as crianças camponesas menores de cinco anos a freqüentarem a escola, ainda que sem matrícula efetivada. A escola emerge na comunidade Capuxu como um fator essencial para a vivência da infância. Essa aprendizagem escolar é precedida pela aprendizagem do

trabalho agrícola que ocorre no âmbito do roçado. Ao contrário da escola, o roçado passa a ser freqüentado pelas crianças assim que elas aprendem a andar.

Um terceiro fator definidor da infância camponesa Capuxu é o ludismo. Ele completa a trilogia dos principais aspectos que caracterizam a infância Capuxu. Mas o lúdico tem sua vivência diferenciada dos outros dois elementos dessa tríade. É que o lúdico não tem tempo nem espaço reservado para acontecer.

Em divergência ao trabalho e à escola, a ludicidade infantil Capuxu é o invólucro de todos os outros elementos mantenedores da infância. É que a ludicidade não só precede todos os outros aspectos da infância Capuxu como os perpassa. A vivência do lúdico é visível na ida ao roçado e à escola, durante as aulas e o trabalho agrícola e permeia ainda a realização de cada tarefa doméstica.

O lúdico entre as crianças camponesas não tem espaços nem horários reservados para ocorrer. Nem mesmo o trabalho, que fora definido ao longo do tempo como em oposição ao lúdico, oblitera a vivência do lúdico pelas crianças Capuxu. Com base nisso a infância camponesa das crianças Capuxu apresenta em sua origem uma tríade que serve de sustentáculo à garantia do *ethos* camponês.

O trabalho, a aprendizagem e o lúdico se unem para assegurar à comunidade Capuxu a preparação de suas crianças para assumirem em breve o trabalho agrícola. A escola garantirá aos que desejam outros caminhos e ofícios na cidade, as condições necessárias para isso. O lúdico, por sua vez, é marca central da infância Capuxu por estar presente em todos os momentos do dia.

A trilogia da infância Capuxu

Na primeira parte deste artigo, busco demonstrar a concepção de infância vigente em uma sociedade camponesa endogâmica. Para isso, atento para as práticas da infância que vigoram na comunidade e são legitimadas pela mesma, consciente de que estas práticas são particulares, sofrendo alterações de lugar para lugar.

Ao longo do tempo, a infância tem sido desenhada com as formas da ludicidade. Ela foi definida pelas ciências sociais e a literatura de modo geral, como o tempo na vida do indivíduo caracterizado pelo ludismo e pela segurança, excluindo assim outras possibilidades de vivência da infância marcada por práticas distintas dessas.

Essa definição de uma infância atrelada a ludicidade ganhou conotações gerais e universais. Desde então, o ludismo passou a ser o definidor maior da infância, seja ela

rural ou urbana. Ademais, esta ludicidade típica da infância – entendida como o brincar, o brinquedo e a brincadeira – aparece na literatura com tempo e espaço nitidamente definidos e necessariamente opostos ao tempo e aos espaços de trabalho. Assim o aspecto lúdico seria vivenciado de modo isolado de todos os demais aspectos da infância. Os seus espaços estariam resguardados, bem como o seu tempo. Em oposição ao lúdico emerge, na outra extremidade do vetor que define a infância, o trabalho. Sempre em oposição ao aspecto lúdico da infância, o trabalho irrompe como a sua negação, violação e usurpação. E estando a infância compreendida como o momento por excelência da vivência do lúdico, junto a esta ludicidade que se perde com o trabalho, se perde, pois, toda a infância.

Mas a experiência empírica com as crianças camponesas Capuxu incutiu-me algumas questões a despeito da infância. Por essa razão, propus-me incursionar, via infância, pelas particularidades sócio-culturais desta comunidade camponesa endogâmica, preocupada em vivenciar uma experiência de infância que, partido da análise do cotidiano da comunidade, seja capaz de refletir e de assumir seus valores, seus hábitos, suas crenças. Logo, a infância é uma das fases na qual se cultiva o interesse pela sua identidade.

A comunidade Capuxu determina para a vivência salutar da infância de suas crianças, aspectos para além do ludismo. Emerge na infância Capuxu uma trilogia que a determina: a ludicidade, a aprendizagem e o trabalho. Longe de se transformarem em pólos opostos, interligados pela aprendizagem, o trabalho e o lúdico têm seus lugares garantidos na infância Capuxu. Estes três elementos interagem constantemente, aparecendo imbricados de tal forma que, se o pesquisador não estiver atento, algum deles pode passar despercebido. Foi isso, talvez, que levou muitos teóricos a afirmarem que onde há trabalho infantil não há infância.

Mas isso não é verdade. O trabalho das crianças Capuxu, assim como os outros dois elementos que compõem essa tríade, assume um caráter eminentemente socializador. No caso da comunidade Capuxu, a transmissão cultural realiza-se oralmente, não havendo registros escritos de sua história, técnicas ou ritos. Assim, na agricultura tradicionalmente camponesa, crianças e adolescentes realizam trabalhos sob a supervisão dos pais como parte integrante do processo de socialização – quer dizer, um meio de transmitir, de pais para filhos, técnicas tradicionalmente adquiridas.

O mais interessante é a peculiaridade de um trabalho desenvolvido pelas crianças mas que não as explora, não visa enriquecer seus pais, não as ausenta da escola e nem oblitera as brincadeiras. Ademais, o caráter do trabalho desenvolvido pelas crianças Capuxu é a aprendizagem agrícola e a socialização de valores importantes para a comunidade, como disciplina, responsabilidade e dignidade.

Busco entre elas compreender o sentido atribuído ao trabalho que desenvolvem, que é motivo de satisfação para as próprias crianças. Este trabalho, tanto o agrícola como o doméstico, é desenvolvido pelas crianças com seriedade, elas sentem-se úteis e realizadas em poder trabalhar junto ou para os demais membros da família.

Embora para os adultos este trabalho apareça com caráter de ajuda, busquei dar voz as crianças e compreender o trabalho realizado por elas a partir do sentido por elas atribuído. Descobri que embora os adultos não o vejam como “trabalho” e sim como ajuda e digam mesmo que elas estão só brincando no roçado, elas consideram-se crianças trabalhadoras, embora ainda aprendizes da lida agrícola. O sentido do aprender a trabalhar varia de acordo com a cultura, com a sociedade e, dentro destas, varia também dependendo do momento histórico em que elas se encontram. Mas a situação de trabalho como parte do processo de socialização não deve ser confundida com aquelas em que as crianças são obrigadas a trabalhar, regularmente ou durante jornadas contínuas, para ganhar seu sustento ou de suas famílias, com conseqüentes prejuízos para seu desenvolvimento educacional e social. A preocupação com um trabalho infantil explorador e perverso não pode ser radicalizada no sentido de excluir a participação de crianças e adolescentes em tarefas domésticas. Essa participação reveste-se de caráter educativo e formador do senso de responsabilidade, pessoal e em relação ao núcleo familiar.

A socialização é o fio condutor da infância Capuxu, é ela a essência da trilogia determinante dessa infância. Essa socialização lúdica, nos termos de Simmel (Moraes Filho, 1983), aparece em todos os aspectos da infância Capuxu. No Sítio Santana, onde as crianças Capuxu vivenciam sua infância camponesa, os espaço e tempos do trabalho, da ludicidade e da aprendizagem se misturam, emaranhando-se. Deste modo, o aprendizado para o trabalho é incorporado nas práticas coletivas que são, em si, educativas e lúdicas, e integram o processo de socialização das crianças.

A aprendizagem tanto ocorre na escola, quanto no roçado (durante o trabalho) e durante as brincadeiras. A preocupação com uma infância alfabetizada e informada é que

leva as crianças Capuxu à escola antes mesmo da idade estipulada pela Secretaria de Educação do Município. A aprendizagem escolar extrapola os muros do Grupo Escolar Porfírio Higino da Costa e invade os demais espaços do Sítio levando as crianças mais uma vez ao roçado, as suas casas e a qualquer espaço do Sítio que lhes permitam tirar dele qualquer lição⁶.

O lúdico tanto está presente durante as aulas na escola como durante o trabalho agrícola ou doméstico. A dimensão lúdica da infância Capuxu, compreendida aqui como o brincar e a brincadeira com o uso dos brinquedos – seja de que tipo for – é também um condutor desta infância.

As brincadeiras e os brinquedos são universais, estão presentes na história da humanidade desde os tempos mais remotos e fazem parte da cultura de um povo. Mas há também diferenças nos jogos, brincadeiras e brinquedos ao longo da história no interior das culturas e entre classes sociais. Assim, pode-se dizer que o brincar, ao mesmo tempo, expressa aquilo que há de universal na infância e as peculiaridades de uma determinada cultura ou grupo social.

As brincadeiras das crianças Capuxu, os jogos, as brincadeiras cantadas, as cantigas de roda, etc., são expressões de uma cultura lúdica infantil camponesa. Elas estão repletas de termos, objetos e ações que relacionam as crianças ao meio em que vivem. O mesmo acontece com os seus brinquedos, que são em grande parte elementos que compõem o próprio meio rural.

Estes três elementos – ludicidade, trabalho e aprendizagem - interagindo, dão forma particular a infância Capuxu e nos guiam a uma nova teoria: a infância deve ser pensada a partir de suas práticas. Assim, cada comunidade determina que aspectos caracterizam e legitimam a infância de suas crianças. Além dos três elementos socializadores que marcam a infância Capuxu, a relação que se estabelece entre as crianças e o meio rural, no caso desta infância camponesa, é especialmente forte.

Primeiro, porque a infância camponesa é liberta e percorre todos os espaços do Sítio Santana. Mas essa liberdade que é, sem dúvida, um elemento definidor da infância camponesa, não significa que ela seja desregrada. A comunidade Capuxu estabelece quais são as regras dessa infância, que se diferenciam das regras estipuladas, por exemplo, na cidade. Segundo, porque suas brincadeiras contam com os aparatos naturais

⁶ Para maiores informações sobre a peculiaridade do processo de aprendizagem escolar das crianças Capuxu recomendo Sousa (2004).

para serem desenvolvidas. O meio rural lhe serve a guisa de brinquedos. Além disso, os animais têm participação fundamental para a garantia da diversão das crianças.

No que se refere ao trabalho, então, essa influência do meio é ainda mais evidente. Elas são aprendizes de um trabalho agrícola tradicional que se desenvolve pelos roçados do Sítio Santana. E são as responsáveis pela realização de tarefas domésticas que envolvem animais, plantas, e inúmeros outros aspectos do universo rural que habitam.

Com base nisso afirmo que a infância deve ser pensada a partir de suas práticas e essas práticas são culturais. No caso das crianças camponesas do Sítio Santana, encontrei uma trilogia composta por elementos expressivos no que se refere à cultura Capuxu de modo geral, e a vivência da infância de modo particular. Descobri a realização de um trabalho que não nega o lúdico nem a educação; uma aprendizagem que acontece não só na escola, mas também no roçado durante o trabalho e durante a vivência do lúdico; um lúdico que está por toda parte e em quase todos os momentos e, por fim, uma infância que se define com características bastante particulares.

As noções que aqui apresentei destes vários aspectos contidos na infância camponesa são legitimadas pela comunidade infantil Capuxu. Preocupei-me com a compreensão das crianças dessas noções e não com a dos adultos, pois quase tudo o que se tem sobre infância hoje, pertence aos adultos e não as crianças. Por isso, optei por dar voz à infância Capuxu, descobrir e descrever a sua vivência, sua aprendizagem, seu trabalho e sua experiência lúdica.

Descortinei este universo infantil Capuxu a partir da contextualização rural da comunidade e a partir da desestabilização de inúmeras teorias que acreditam que a infância deve ter sempre a mesma forma, o mesmo desenho.

A infância indígena Tentehar-Guajajara

A literatura sócio-antropológica tem se dedicado aos estudos da infância em sociedades e culturas particulares, partindo da compreensão de que os sinais diacríticos da infância vão variar de lugar para lugar. Desse modo, o ser criança se transforma dependendo da cultura e dos aspectos definidores desta fase do ciclo de vida, que só são considerados onde estão em vigor sendo constantemente construídos, desconstruídos e legitimados pela sociedade.

Se no que se refere às infâncias rurais ou urbanas, os estudos são ainda principiantes, o que dizer da infância indígena esquecida em todas as áreas de saber? Pouco se tem dito sobre a vivência desta fase do ciclo de vida a que chamamos infância no que se refere às culturas indígenas no Brasil, principalmente no que tange a vivência dos rituais de iniciação e rituais de passagem, tão valorizados pela ciência antropológica, a aprendizagem formal (mediada pela escola) e informal (apreendida através da oralidade) e a ludicidade vivenciada de maneira muito peculiar pelas crianças indígenas.

Por essa razão, esta pesquisa objetivou analisar a vivência da infância pelas crianças indígenas Tentehar-Guajajara das Aldeias Bacurizinho (Grajau), Bacabalzinho e Lagoa Quieta (Amarante) no oeste do Maranhão.

Com o intuito de alcançar esses objetivos utilizei as técnicas de coleta de dados da antropologia, como a observação direta e participante, com uma preocupação de apreender o ponto de vista das crianças, para a construção de uma etnografia de como as crianças indígenas Tentehar/Guajajara vivenciam a infância.

Compreender a infância vivenciada pelas crianças indígenas Tentehar-Guajajara no Maranhão nos permite apreender os modos culturais através dos quais as práticas da infância se manifestam legitimando o relativismo cultural próprio da ciência antropológica e possibilitando, além de um conhecimento aprimorado da infância indígena Tentehar-Guajajara, uma nova leitura sobre as condições de vivência da infância de povos tradicionais indígenas na contemporaneidade.

Assim, além de atentar para o fato de que a infância se faz presente com várias roupagens culturais, sofrendo alterações dadas pelas próprias culturas por possuírem concepções bastante particulares para aquilo que chamamos de infância, podemos investigar as novas estratégias criadas pelas sociedades tradicionais para a garantia da vivência da infância de suas crianças num momento de globalização, de grande avanço tecnológico e circulação e consumo de informações que envolvem todos os povos.

Compondo uma etnografia fiz registros da vivência da infância pelas crianças indígenas especialmente das tarefas domésticas realizadas por elas, da aprendizagem e da ludicidade, que nos ajudam a entender o processo de socialização que se garante por meios distintos daqueles vivenciados na infância camponesa ou nas grandes cidades. Sendo um destes meios os rituais de iniciação e passagem.

Diante disso, realizei um estudo detalhado da infância vivenciada pelas crianças indígenas Tentehar-Guajajara do Maranhão, com caráter sócio-antropológico que deverá

lançar luz sobre os estudos até então realizados no país no que diz respeito à pluralidade dos modos de ser criança e a diversidade e heterogeneidade que a experiência com a infância pode assumir.

Os elementos que conformam a infância Tentehar-Guajajara

Os estudos sobre a infância no Brasil têm sempre questionado a redução da experiência do ser criança a um conceito pronto, acabado e que se quer hegemônico. Desde a invenção da infância no século XIII, como demonstrou Ariès (1986), nós teóricos, passamos a ajustar as experiências de nossas crianças a uma categoria analítica generalizadora.

Esta noção de infância reducionista poderia ser explicada de uma forma geral a partir de três afirmações: a) a infância é a fase, por excelência, da vivência do lúdico; b) a ludicidade se contrapõe, necessariamente, ao trabalho; c) a existência de um trabalho na infância revela a inexistência de ludicidade e, como consequência, a não vivência desta fase.

Ora, facilmente identificamos os equívocos contidos nesta fórmula simplista que anuncia a infância. Na primeira afirmação, a ludicidade colocada como a essência da infância, não possibilita outra compreensão desta fase do ciclo de vida que seja caracterizada por experiências diversas da ludicidade.

A segunda afirmação é também um equívoco histórico das ciências sociais: uma concepção de que o trabalho opõe-se radicalmente ao lazer/ludicidade, não aceitando a vivência das duas experiências simultaneamente. A este respeito, Simmel (2006) em sua discussão sobre as formas sociais, defendia que o conteúdo das relações entre indivíduos pode se modificar, mas a forma é sempre lúdica, o que nos permitiria pensar o conteúdo de uma relação como sendo o trabalho, embora a forma fosse lúdica.

A terceira afirmação fecharia o esquema simplista reforçando a idéia de que a existência de qualquer forma de labor vivenciada na infância resultaria na inexistência do lúdico e na perda consequente da infância.

Esta concepção de infância foi legitimada pelas ciências sociais ao longo do tempo e fundamentou as políticas públicas voltadas para a infância, o que originou programas como o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – e tornou cada vez mais severas as leis contra o trabalho infantil.

Todavia, na contemporaneidade, tem-se questionado esta definição de infância unidimensional (SILVA, MACEDO & NUNES, 2002; MÜLLER, 2009; NEVES, 1999, NUNES, 2003). Cada vez mais, os estudiosos da infância têm descoberto formas inusitadas de se vivenciar a infância e o ser criança que fogem ao esquema generalizador.

Especialmente num país tão diversificado como o Brasil, torna-se cada vez mais difícil pensar a infância de uma maneira unidimensional, sem deixar espaço para as inúmeras possibilidades históricas que a experiência com a infância assume.

Nos últimos anos, tendo me dedicado aos estudos com crianças, descubro, guiada pelo exercício da relativização, maneiras distintas de se viver esta fase a partir de recortes internos à nossa própria cultura: infância camponesa, urbana, indígena, etc. (SOUSA, 2004; 2007; 2008). Este trajeto tem me distanciado cada vez mais daquele primeiro conceito de infância que conheci e me levado, guiada pelo exercício da relativização, a pluralidade dos modos de ser criança interna a nossa própria sociedade.

No caso das crianças camponesas Capuxu do sertão da Paraíba, descobri uma infância cuja essência estava na preparação para que a criança herdasse a propriedade dos pais e o trabalho, mas que não negava a ludicidade e, somando ao trabalho e ao lazer, a aprendizagem, circunscrevia as experiências prescritas às crianças pela comunidade (SOUSA 2004).

As crianças Capuxu desenvolviam o trabalho agrícola (no roçado) e as tarefas domésticas (aos arredores da casa); participavam da aprendizagem formal (na escola) e da informal (no roçado) aprendendo o ofício do camponês; e experimentavam a ludicidade em todos os espaços (casa, roçado e escola) e horários possíveis (durante as aulas, o trabalho agrícola, as tarefas domésticas) estando todos estes elementos emaranhados, causando espanto ao pesquisador especialmente ao descobrir uma ludicidade travestida de trabalho.

Em estudo entre as crianças moradoras das palafitas às margens do Rio Anil eu descobri que o distanciamento de todo e qualquer tipo de trabalho, não nos dá garantia da vivência da infância. Em condições de completa miséria e longe da segurança que a sociedade deveria oferecer para mantê-las longe dos riscos sociais, as crianças das palafitas desconheciam a infância e passaram a desenhá-la e circunscrevê-la ao lugar onde encontravam alimentação, segurança e condições de vivência da brincadeira: a creche-escola (SOUSA 2007).

Inseridas numa sociedade que articula elementos como segurança, ludismo e aprendizagem como vetores da infância, as crianças das palafitas passaram a ter a infância limitada aos horários e espaços da creche-escola e negavam essa mesma infância cada fim de semana, quando a creche-escola fechava seus portões e a sua integridade era colocada em risco por entre as frestas das palafitas.

Recentemente, estudando a infância indígena Tentehar-Guajajara, no Maranhão, mais uma vez vejo girar o caleidoscópio da infância (SOUSA 2005) e me sinto *bricoleur* tentando, a partir de elementos conhecidos de outrora, associá-los e dissociá-los, quando necessário, para ver se formar uma nova concepção de infância.

Esta caracterizada pela associação de novos e antigos elementos. A aprendizagem escolar (na escola indígena) e não-escolar (no cotidiano e em todos os outros espaços da aldeia) parece fazer parte da infância Tentehar-Guajajara. A ludicidade - também faz parte do rol dos elementos prescritos a esta fase do ciclo de vida. Além do trabalho, seja ele no roçado ou em casa e nos seus arredores, com muita seriedade ou travestido no lazer, com ou sem a supervisão dos adultos (SOUSA, 2008).

A infância Tenetehara-Guajajara é ainda caracterizada pelos chamados rituais de iniciação e passagem (DAMATTA, 2000; PEIRANO, 2003; TUNNER, 1974). A festa da criança caracteriza o desmame e a passagem da fase de bebê para a criança que, ocupando outro lugar social pode, a partir de então, comer as caças conseguidas na aldeia.

A festa da menina moça ou do Amoquiado caracteriza a passagem de menina a mulher e está condicionada a um fator biológico, a menarca. A partir de então, a menina, isolada durante sete dias na tocaia, com uma dieta e comportamento rigorosamente prescritos, é apresentada em um ritual festivo e está disponível para casar. Os rapazes também passam por um ritual diferenciado, marcado pelas pinturas corporais, canto e dança e manuseio do arco e flecha, que lhe garantirá a entrada no mundo dos adultos: a festa dos rapazes.

A criança Tentehar-Guajajara deverá passar por todos estes rituais como garantia de vivência da infância e a não-experiência com estes denuncia um ser social incompleto por não ter cumprido o processo de socialização. Este processo de socialização é o fim maior de todas as experiências a que estão submetidas às crianças indígenas. Para cumprir a socialização junto à cultura em que está inserida a criança Tentehar-Guajajara

desenvolverá a infância permeada pela aprendizagem, as tarefas domésticas, a ludicidade e a passagem pelos rituais.

Mais um aspecto é definidor da vivência da infância indígena Tentehar-Guajajara: a prática por excelência do idioma nativo, o dialeto Tentehar originado do tronco lingüístico Tupi-Guarani. As crianças são sempre iniciadas na língua materna só depois passando a aprender o português, tornando-se bilíngües.

A experiência com o português passa a ser mais forte na escola, assim, quanto mais nova a criança, as ainda não frequentadoras da escola, maior fluência ela terá no idioma nativo e menos conhecerá o português, especialmente porque os mais velhos só falam com elas “na língua”, como dizem, como um modo de manter o idioma nativo. Ainda assim, a escola é constituída por professores bilíngües que ensinam o português, mas mantém em prática a língua materna para as crianças.

Desta forma, a infância indígena Tentehar-Guajajara associa estes elementos e compõe um novo desenho para a infância. O ser criança está condicionado a vivência plena de todas estas experiências: da ludicidade, da realização de tarefas domésticas, da aprendizagem, dos rituais, da fluência da língua indígena sendo estes os sinais diacríticos da infância.

Durante as observações realizadas nas aldeias Bacabalzinho, Lagoa Quieta e Jussaral, algumas das aldeias que formam o universo Tentehar-Guajajara no Maranhão, deparamo-nos com situações que, do ponto de vista de nossa cultura, tornariam as crianças verdadeiros adultos.

Tarefas com caráter de extrema responsabilidade e seriedade a serem cumpridas, distanciamento por parte dos adultos, falta de orientação e acompanhamento e ausência de segurança excessiva tornam as crianças autônomas e independentes de uma maneira inconcebível para nós, e cria uma idéia de infância cujos parâmetros são totalmente distintos dos que definem a infância urbana, por exemplo. Tudo isso dadas, talvez, as condições em que esta infância é vivenciada, caracterizada por experiências e possibilidades tão distintas da infância na cidade.

O parentesco na aldeia, a distância dos conflitos e perigos das cidades, o respeito aquilo que lhes é dito e ensinado pelos mais velhos fazem delas crianças preparadas para a vida nas matas, sob quaisquer circunstâncias. Não é raro vê-las sozinhas, em grandes grupos de crianças apenas, pelos ribeirinhos a banharem-se, em cima de grandes e frondosas árvores ensaiando saltos ornamentais, lidando com animais diversos e

manuseando instrumentos de trabalhos como faca, enxadas e foices. Nada disso, no entanto, escandaliza os adultos ou os preocupa, se a preparação para estas experiências está dada desde a primeira fase da infância.

Entre as crianças Tentehar-Guajajara a proteção exacerbada dos adultos parece só se fazer presente antes dos primeiros passinhos quando permanecem presas ao corpo das mães pelas tipóias coloridas. Mas a liberdade que caracteriza essa infância – que sob um olhar desprezioso nos parece desregrada – é conduzida pelos ensinamentos de outrora. O que nos surpreende é o senso de responsabilidade que tem para consigo mesmo cada criança, como aquela que de tão pequena fica parada em pé, às margens do riacho, pezinhos na água e nos afirma: “só gosto de ficar no raso, mesmo” quando na verdade, sabe de suas limitações e não ousa ir até o fundo, juntar-se as outras crianças em suas brincadeiras e mergulhos. Isto porque, colocar em risco a sua integridade seria ferir a moral coletiva cristalizada nos ensinamentos dos mais velhos que lhes dizem para não ir para o fundo.

Por outro lado, a partir da terceira infância as crianças maiores passam então a cuidar das mais novas, tornando-se de certa forma, responsáveis por estas, independente do grau de parentesco.

Esta análise da infância Tentehar-Guajajara nos revela ricas possibilidades históricas de vivência da infância, ao passo que alerta para os riscos das generalizações presentes em conceitos como o de infância, até os de ludicidade (como com espaço e horário próprio para acontecer), a participação das crianças no processo produtivo (como responsável sempre por explorar, usurpar a infância e negar a aprendizagem) e aprendizagem (muitas vezes reduzida a formalidade dos bancos escolares).

Cada cultura determina os elementos que conformam a infância de suas crianças, a partir daquilo que julga útil e legítimo para a comunidade, e orienta o processo de socialização que as tornará seres sociais completos.

No caso da infância Tentehar-Guajajara encontramos cinco elementos que definem e circunscrevem a infância das crianças indígenas: a ludicidade, a realização das tarefas domésticas e a aprendizagem escolar e não-escolar são os três aspectos recorrentes encontrados também na infância das crianças Capuxu e das crianças quebradeiras de coco babaçu, constituem, pois o núcleo do modelo de infância. Os outros dois elementos, a participação nos rituais de iniciação e passagem e a prevalência da língua materna são aspectos que associados a trilogia central compõem a infância indígena.

Infância em pedaços: as crianças quebradeiras de coco babaçu no Maranhão

A pesquisa com as crianças quebradeiras de coco babaçu teve início no ano de 2009 e seu objetivo inicial foi verificar a realização do trabalho por elas e como este trabalho estava vinculado à noção de infância na comunidade.

O universo da pesquisa constituiu-se da Reserva Extrativista de Ciriaco, no município de Cidelândia, Maranhão onde residem pouco mais de cinquenta mulheres quebradeiras de coco babaçu. Como habitam reservas ambientais de uso coletivo, estes povos se utilizam praticamente do extrativismo como modo de subsistência, ficando a sobrevivência da família a cargo do trabalho de todos.

Entendemos que a infância tem sido compreendida como a fase da vivência do lúdico e esta concepção de infância tem seu cerne na oposição histórica construída entre trabalho e ludicidade. Assim, a realização de qualquer tipo de trabalho infantil negaria a vivência desta fase. Esse conceito de infância foi generalizado, sendo a fase definida sem considerar outras possibilidades históricas e as várias formas que o trabalho infantil pode assumir ou se travestir - como a socialização. Por isso, investigamos qual a função social da criança e sua contribuição para a comunidade de quebradeiras de coco babaçu, no que se refere à participação das crianças no processo produtivo ou à realização das tarefas destinadas às crianças. Esta investigação permitiu-nos, além de colocar o trabalho infantil sob o escrutínio da ciência antropológica numa perspectiva relativizadora, analisar também as diferenciações internas inerentes a este trabalho infantil no que concerne ao gênero.

Esta reflexão sobre o trabalho das crianças nas reservas extrativistas nos permite compreender as diferenças entre o trabalho realizado pelas crianças em situações de exploração e os trabalhos que visam à socialização no seio da comunidade e a aprendizagem. Auxilia-nos a refletir sobre o trabalho infantil, revelando se este tipo de trabalho de fato explora as crianças que o realiza e usurpa sua infância, e as nuances que ele assume a partir da divisão dos sexos.

Os resultados desta pesquisa devem também servir como subsídio para pensar a realização de trabalho por crianças em situação de risco e a atuação de políticas públicas específicas como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil/PETI, sua funcionalidade em casos de trabalhos familiares e tradicionais que são sinais diacríticos de comunidades inteiras em reservas extrativistas.

Por esta razão é que nos dedicamos a analisar esta experiência com a infância que nos trazia a mesma trilogia apresentada pela infância Capuxu e Tentehar-Guajajara, os três elementos centrais que a conformavam, mas com uma significativa distinção no lugar que o trabalho das crianças ocupava nesta experiência.

Assim, intentamos perceber a infância fragmentando-a sem deixar perder de vista a unidade, despedaçá-la para enxergá-la com clareza, desmontá-la para entender a engrenagem, acompanhando os movimentos das crianças quebradeiras de coco babaçu no intuito de desvendar se com a quebra do coco babaçu quebra-se, também, a possibilidade de vivência da infância.

Trabalho infantil na contemporaneidade

Na sociedade contemporânea é comum encontrarmos denúncias desde os meios de comunicação até na própria academia, de um trabalho infantil explorador e violento, típico da sociedade capitalista. Estes estudos afirmam, de forma generalizadora, que todo trabalho realizado durante a infância é violento e prejudicial (SOUSA, 2004).

Assim, o tema tem se tornado cada vez mais comum nas publicações e nos debates científicos. Os meios de comunicação de massa divulgam frequentemente números assustadores em manchetes estampadas nas primeiras páginas dos jornais denunciando maus tratos, violência e exploração do trabalho infantil. Denuncia-se que a realização de um trabalho durante a infância conduz a usurpação desta fase do ciclo de vida, massacrando este período da vida das crianças denominado “infância” e revelando uma “infância perdida”.

Isto ocorre também devido à noção que se tem da infância, que a associa ao lúdico, ao uso de brinquedos e a experiência das brincadeiras e que está condicionada a não vivência do trabalho. Também porque, antes das novas formas de pensar nascidas no Romantismo, nossa cultura parece ter designado como “brincar” uma atividade que se opõe a “trabalhar” (Aristóteles, São Tomás de Aquino) caracterizada por sua futilidade e oposição ao que é sério (BROUGÈRE, 2002).

Em razão do que acontece nos plantios de cana e olarias, por exemplo, onde o trabalho não permite a vivência do lúdico pelas crianças, este tipo de interpretação do trabalho infantil explorador emerge nestas obras como responsável pela “infância perdida” das crianças em quaisquer circunstâncias.

Mas isso não é o que acontece quando o trabalho infantil é realizado em culturas onde os trabalhadores não estão dissociados dos meios de produção; quando este tipo de trabalho infantil não visa enriquecer os pais das crianças. Que outros valores estariam em jogo quando as crianças são levadas ao trabalho? Como pensar a disciplina e a socialização adquiridas na infância através do trabalho? Como refletir uma educação que não leve as crianças à ética, à disciplina e à responsabilidade do trabalho? E no caso das crianças quebradeiras de coco babaçu como ficaria a questão da socialização através do trabalho realizado por estas? Este trabalho infantil seria realmente um problema social?

Conforme Neves o trabalho infantil “tem sido considerado símbolo do irreconhecimento de determinadas atividades produtivas penosas, realizadas por crianças e adolescentes” (NEVES, 1999:09).

Nessa perspectiva, hoje temos inúmeras formas de trabalho infantil, mas que podem ser analisadas a partir de duas diferentes vertentes. O primeiro é o remunerado que é realizado em condições penosas por crianças e adolescentes, tendo, portanto, o caráter que impede o crescimento humano, seja no âmbito físico, social, moral e profissional. Este tipo de trabalho visa apenas à exploração da mão-de-obra barata.

A outra forma de trabalho infantil, cujo caráter é eminentemente socializador, está fundamentada na transmissão de saberes e na construção de profissões e condição de aprendiz, este trabalho serve para socializar a criança e torná-la sucessor. Seria esse o caso do trabalho das crianças quebradeiras de coco babaçu?

Relativizando o trabalho infantil

Nota-se uma tendência generalizada nos estudos sobre a infância de considerar essa fase como sendo um período sagrado, em que a criança aprenderá tudo o que lhe será prático e necessário para a vida adulta. Nesse período, portanto, a criança não deve exercer nenhuma atividade que não seja compatível com a sua fase.

Cabe-nos indagar a respeito da generalidade desse pensamento e sua validade para todas as sociedades. Em determinadas culturas, de características não capitalistas e, portanto, sem a dissociação dos trabalhadores dos meios de produção, a vivência do lúdico se faz lado a lado com a experiência no roçado e dos afazeres domésticos.

A Constituição Federal de 1988 impõe a expressa proibição de “trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz”. A Constituição brasileira

confere, dessa forma, uma proteção especial à infância e adolescência e preceitua a criação de um estatuto próprio. Sendo assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um marco na história do direito brasileiro com relação à proteção da criança, se estabelece como de fundamental importância para os avanços na erradicação do trabalho infantil.

Entretanto, essa proteção à infância, sem a efetiva e necessária relativização do trabalho contribui para a crença em que todo trabalho deve ser evitado na infância. Nessa esteira surgiu o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que acentuou essa idéia, tendo como objetivo acabar com toda e qualquer forma de trabalho infantil.

Entendemos não serem todas as formas de vivência do trabalho usurpadoras da infância e massacrantes para a criança. Não se pretende, contudo, a generalização do trabalho como socializador, pois cometeríamos o mesmo erro daqueles que acreditam que todo trabalho vivenciado na infância é maléfico. Tampouco queremos defender a idéia de que o PETI não tem sua importância para o combate do trabalho infantil, porém não compreendemos que deva ser considerado nocivo todo tipo de trabalho infantil.

Na sociedade capitalista o trabalho infantil é, geralmente, associado à crescente expansão da apropriação da mais-valia e ao uso descartável de seu produtor. Logo, o trabalho das crianças é interpretado como resultado da violência e exploração do modo de produção capitalista, que se fundamenta, historicamente, na dissociação entre trabalhadores e meios de produção (NEVES, 1999).

É evidente que a situação de milhares de crianças no Brasil é lastimável, visto a condição de trabalho a que estão submetidas. Muitas trabalham em carvoeiras, indústrias moveleiras, serrarias, sisais, culturas de cana-de-açúcar, cerâmicas, olarias sem condições dignas de trabalho. Essas são formas de trabalho usurpadoras e exploradoras. Mas, não acreditamos que a constituição ao proibir o trabalho infantil, proíba a diversidade nas manifestações culturais dos diversos povos contidos em seu território. Assim, todas essas leis que tratam do trabalho infantil, na verdade, asseguram o direito a não exploração da mão de obra infantil, logo, havendo trabalho que não se realize a partir dessa exploração, podemos admitir que não seja proibido pela lei brasileira.

O Estado do Maranhão figura como líder dos Estados com maior número de crianças que realizam qualquer tipo de trabalho. Entendemos que a maioria destes trabalhos, com características preponderantes do sistema capitalista, não contribui para o crescimento da criança e retira delas a possibilidade de frequentarem a escola. Todavia,

os casos em que a forma como o trabalho aconteça seja compatível com a frequência escolar gera uma exceção a este entendimento.

Portanto, generalizar o trabalho infantil, como sendo sempre algo socializador seria, no mínimo, ingenuidade. Pois, sabemos que há tipos de trabalho que exploram a mão-de-obra da criança e as coloca em situações de risco. Mas é preciso estabelecer a diferença entre um trabalho que é remunerado e contém características claramente capitalistas e o outro que busca a socialização e o sentimento de integração dentro da sociedade.

Esta indistinção cometida por nós - socializados nas cidades e com um conhecimento de infância restrito à infância urbana - parte da falta de conhecimento das particularidades culturais de outros povos. Portanto, esta pesquisa é de fundamental importância para reavaliar os conceitos que formulamos a respeito do trabalho infantil em seus vários contextos e suas várias roupagens, como no caso do trabalho infantil realizado pelas crianças quebradeiras de coco babaçu, considerando o local em que ocorre, a forma e o valor que se agrega a ele na comunidade em questão.

O processo produtivo

O povoado Ciriaco, município de Cidelândia, é um dos lugares no Maranhão onde sobrevive a cultura da quebra de coco babaçu. Considerado um trabalho de mulheres por excelência, a quebra do coco se estende às crianças já que estas estão sempre em companhia das mães. Entender a participação das crianças na atividade requer conhecer o processo da quebra do coco.

Da palmeira do coco babaçu nada se perde. Ao quebrar o coco babaçu existe entre a casca e a amêndoa, uma massa fina que é o mesocarpo de onde as mulheres fazem massas para bolo. Com a casca é produzido carvão e a amêndoa serve para fazer azeite e sabão. Quando a palmeira cai e apodrece, é possível usá-la como adubo. As palhas são utilizadas para fazer casas, desde as paredes até o telhado. Para quebrar o coco é preciso levar um machado, um cacete e um cofo para aparar as amêndoas. Para realizar a atividade as quebradeiras de coco geralmente formam pequenos grupos, e juntas seguem para os babaçuais, acompanhadas na maioria das vezes pelas crianças e seus cachorros, para o caso de ocorrer ataque por cobras.

Quando a palmeira é baixa é possível derrubar os cocos com uma vara, quando não, basta catar os que têm no chão. Depois, acomodam-se à sombra de alguma árvore e

começam a rotina. Geralmente as quebradeiras ficam das 8h às 16h realizando o trabalho. Nesse período as “boas quebradeiras de coco”, ou seja, as mais produtivas chegam a produzir 10 kg de amêndoas.

As mulheres quebradeiras de coco babaçu no Ciriaco que hoje tem mais de 40 anos, começaram a quebrar coco ainda criança, sem exceção, em geral aos dez anos de idade. Elas foram nossas interlocutoras sobre o processo de aprendizagem do trabalho quando ainda se é criança e argumentaram que uma criança nunca vai direto para o *serviço pesado*, mas que é preciso passar por etapas⁷.

Através da observação direta verificamos que dentre as etapas a primeira é acompanhar as mães até os babaçuais e ajudar a catar coco. Depois é ajudar a tirar a amêndoa e juntar as cascas do coco. Enquanto vivenciam estas etapas, é apropriado que as crianças fiquem brincando enquanto a mãe faz o *serviço pesado*. Geralmente isso acontece quando a criança tem de seis a oito anos. A partir do momento que a menina ou menino aparenta ter habilidade, iniciam-se os testes. São dados então alguns cocos para serem quebrados. Os acidentes de trabalho são inevitáveis, pois o cacete às vezes escorrega e bate em um dedo, criando calo de sangue, ou o machado está muito afiado e um deslize ao segurar o coco causa um corte. Nada que não cicatrize, afirmam as quebradeiras mais antigas.

O que nos parece mais preocupante neste caso é a situação de risco a que estão submetidas às crianças. No caso deste trabalho não estamos convencidos de que a participação das crianças de fato cause grandes diferenças na renda obtida pela família com a quebra de coco, já que não há aqui divisão dos trabalhadores dos meios de produção, nem a busca do excedente ou da mais-valia. Neste caso, o trabalho é essencialmente familiar, e tem sido passado de geração a geração no interior das famílias, sendo essa uma de suas particularidades. Todavia, a preocupação que emerge aqui é com a segurança das crianças no desenvolvimento do trabalho. Embora os adultos entendam que este trabalho socializa a criança e garante a sobrevivência da profissão que já lhes parece em vias de extinção, a rudeza do trabalho e as ferramentas de que se utilizam no processo não nos parece apropriadas para as crianças. Isto está dado pelas possibilidades

⁷ Percebemos assim que mesmo os adultos da comunidade classificam o serviço como pesado quando afirmam que nenhuma criança vai direto para o *serviço pesado*, ou seja, vai gradativamente. Esta informação entra em contradição no discurso das mesmas quando perguntamos diretamente se o trabalho é explorador e maléfico para as crianças, todas elas responderam prontamente que não.

dos chamados calos de sangue e de cortes ao longo da quebra do coco, processo que exige, diga-se de passagem, grande habilidade.

No processo produtivo há ainda uma divisão de gênero: meninas quebram coco e meninos fazem o carvão, mais uma vertente de todo o processo produtivo. Fazer carvão é considerado muito mais perigoso que quebrar coco, além do mais a fumaça provoca doenças nos meninos⁸.

Aqui mais uma vez percebemos no discurso dos adultos a distinção de gênero e a atribuição de poder ao gênero masculino. Eles alegam que fazer carvão é mais perigoso e trabalhoso que quebrar coco, ou seja, o trabalho dos meninos é mais difícil que o realizado pelas meninas.

Entretanto vislumbramos a possibilidade de que esse discurso seja uma estratégia utilizada para tirar a discussão da exploração do trabalho infantil do cerne da atividade produtiva nestas culturas extrativistas. Sempre que esta discussão é trazida à tona pelos meios de comunicação em geral, ela trata da exploração degradante do trabalho e os riscos a que estão expostas as crianças no processo de quebra de coco, mas não se trata de outras etapas da cadeia produtiva como a produção de carvão. Logo, a comunidade não teme que a atividade de produzir carvão seja extinta, proibida – embora legalmente ela já seja, pois é clandestina em se tratando de reserva extrativista – mas teme que as crianças sejam retiradas da quebra do coco babaçu por uma lei eficaz que, assim, ampute o processo de socialização e a aprendizagem profissional das crianças assinando o atestado de óbito da profissão. Isto porque já há por parte dos adultos grande reclamação pelo fato das crianças, ao se tornarem jovens, abandonarem o local de moradia e a atividade em busca de outras experiências na cidade, o que para elas coloca a profissão sob risco de extinção.

Talvez por isso o discurso dos adultos tente colocar a produção do carvão em foco sobre os perigos do trabalho e sua nocividade desviando o processo de quebra do coco de qualquer leitura que o interprete como de grande periculosidade. Por outro lado, podemos perceber uma construção do poder dos meninos sobre as meninas, como se a atividade

⁸ De acordo com a regulamentação das reservas extrativistas é proibido fazer caeira no povoado, mas como fazer carvão rende mais financeiramente para a família, os homens e meninos da casa se arriscam nesse trabalho na busca da sobrevivência. Assim, a produção do carvão é realizada pelos meninos sob a orientação dos homens da comunidade. Quanto à caeira esta consiste em cavar um buraco no chão, colocar cascas de coco babaçu e tocar fogo. Em seguida, antes que a casca vire pó, joga-se palha e cobre o buraco com terra para acabar a fumaça. No outro dia, basta desenterrar o local e o carvão está pronto.

executada por eles fosse mais importante, mais pesada e útil. Como sempre, o trabalho das mulheres/meninas aparece apenas como uma “ajuda”.

Apesar da importância da participação das crianças no processo produtivo na configuração desta experiência com a infância, a comunidade afirma que a prioridade em relação às crianças são os estudos e nenhuma criança deve deixar de ir à escola por conta da atividade.

Assim, se as crianças no Maranhão ainda quebram coco babaçu como há 50 anos, a diferença consiste no fato de que a atividade hoje ocorre apenas nas horas vagas, e o mais importante, ela não deixa de ir à escola para trabalhar. Assim o trabalho não está mais no centro da infância das crianças quebradeira de coco babaçu, embora apareça como elemento constituinte da fase do ciclo de vida e do *ethos* é apenas mais um.

Entre as batidas do machado

Com o ECA e a presença do IBAMA na reserva, os pais são informados de que as crianças devem ir para a escola, por essa razão é que indo ao povoado esporadicamente não se vê as crianças quebrando coco. É preciso morar lá e acompanhar a ida quase inocente das crianças junto aos pais para longe da estrada, onde ficam os babaçuais.

As quebradeiras de coco adultas afirmam que elas foram levadas pelas mães para quebrar coco, e que isso é uma tradição não havendo, portanto, nenhum problema em levar as crianças. As mães explicam que as crianças não fazem os *serviços pesados*, apenas juntam os cocos e tiram a amêndoa do coco após ele quebrado. Somente após muitas vivências a criança entra no *serviço pesado*.

Os pais afirmam não gostarem que seus filhos façam este serviço, mas deixam devido às necessidades de casa. Além do mais, o trabalho das crianças ajuda no processo de socialização. A partir da quebra do coco elas aprendem a disciplina dos horários e a responsabilidade. As crianças também conhecem os seus limites. Quando há muitas atividades escolares, pedem aos pais para ficar em casa estudando. Dessa forma, as crianças quebradeiras de coco babaçu vivenciam a infância entre o estudo e o trabalho.

As análises que aqui fazemos se baseiam na escuta dos adultos, mas principalmente no diálogo direto com as crianças, a observação de campo exaustiva, a descrição densa em nossos diários da rotina destas crianças e dos riscos a que estão expostas, revelando-nos até que ponto a infância se quebra a cada batida dos pequenos machados.

Assim, concluímos que o caso das crianças quebradeiras de coco babaçu no Maranhão é um caso peculiar em relação às discussões sobre trabalho infantil. Esta peculiaridade se revela de diversas formas.

Por um lado, e em linhas gerais, os trabalhos infantis tem sido classificados pela literatura antropológica e sociológica como exploradores ou usurpadores da infância, devendo ser erradicados; ou como socializadores - não devendo ser erradicados por não representarem malefícios aos que nele estão envolvidos.

Essa dicotomia, simplista, parece ruir diante do caso das crianças quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. É que a participação das crianças neste processo produtivo é permeada por critérios cujas características nos fariam classificar esse trabalho como maléfico e explorador, por outro lado, ele possui também um aspecto de socialização inerente fundamentado na tradição e onde repousariam os valores sociais a serem construídos com e para as crianças.

O critério evasão escolar que tem sido colocado como vinculado às várias formas de trabalho infantil não se torna legítimo aqui. As crianças quebradeiras de coco babaçu frequentam a escola, estando devidamente matriculadas, cumprem as suas atividades escolares e priorizam essas em relação a participação no processo produtivo. Logo, a escola e seus afazeres é prioridade.

Ademais, o fato de não ter havido a dissociação dos trabalhadores dos meios de produção, torna-os produtores familiares, uma vez que a mão-de-obra das crianças, formalmente, não é paga. Portanto não se gera relação patrão/empregado, o trabalho ocorre no seio da família, e não há exploração da mão-de-obra ou de mais-valia. Todos esses critérios afastariam esse trabalho daquele classificado como explorador. Contudo, é evidente no discurso de algumas crianças e adultos, que ajudando no serviço os pais lhes dão dinheiro para comprar lanche na escola. Ora, mas ainda que esse dinheiro provenha do auxílio das crianças, de alguma forma, e não possa ser pensado como remuneração, ele é negociado no âmbito da atividade, uma vez que as crianças entendem que quando ajudam os pais eles conseguem produzir mais, ganhar mais dinheiro e sobra algum para comprar “besteiras”. Aqui temos um paradoxo quanto a classificação do trabalho, não gera excedente, nem relação patrão/empregado, mas é pago? Isso retira do trabalho das crianças o caráter de socializador? Entendemos que não, mantém-se o caráter socializador, neste caso acrescido não apenas do ensino dos valores morais como disciplina, responsabilidade, mas também do valor do trabalho em termos financeiros e

da administração destes recursos. Os ensinamentos sobre remuneração e administração de bens financeiros não fazem parte do rol de saberes a serem apreendidos pelas crianças inseridas numa sociedade capitalista?

Um aspecto que classificaria esse trabalho como inadequado para a infância, é o fato das crianças correrem riscos de se ferir. A quebra do coco requer o uso habilidoso de uma machadinha colocada sob o joelho do quebrador para onde deverá ser conduzido o coco babaçu. Assim, o trabalho requer habilidade e maestria, podendo causar cortes nas crianças.

Por outro lado, esse trabalho é tradicionalmente passado de mães para filhas, de modo que é percebido como uma tradição, que se perderia caso às mães fosse proibido continuar a ensiná-lo e praticá-lo em companhia de suas filhas. Ademais, a participação das crianças no processo produtivo garante a sobrevivência desta tradição, resguardada pelo Estado dentro de reservas extrativistas.

Assim é que o caso da participação das crianças quebradeiras de coco babaçu no Maranhão se insere numa categoria de trabalho infantil muito peculiar, que transita entre os critérios que por ora definimos como demarcadores do diferencial entre os que são exploradores, usurpadores da infância (devendo ser erradicados pelos programas de políticas públicas) e os que visam a socialização (devendo, portanto, terem sua participação assegurada no processo de socialização das crianças).

Diante disso, não diríamos que o trabalho infantil ou a participação das crianças no processo produtivo estivesse no núcleo da infância vivenciada pelas crianças quebradeiras de coco babaçu, mas que ele compõe aqueles critérios definidores da vivência da infância que cada cultura e sociedade determinará para suas crianças.

No caso das crianças quebradeiras de coco babaçu, a infância é pensada a partir da aprendizagem oral, feita durante a quebra do coco e a partir de técnicas tradicionais e escolar, garantida com a ida das crianças à escola. A ludicidade permeia todos estes momentos desde a quebra do coco, com bonecas e brinquedos espalhados no local até a escola e os momentos de lazer. O trabalho a primeira vista parece está no cerne da infância, e embora seja um aspecto definidor da infância e elemento primordial da identidade da comunidade, ao mesmo tempo se desloca do centro da infância sendo colocado em detrimento da aprendizagem escolar. No entanto, esta participação das crianças no processo produtivo é problemática no que se refere as condições em que

ocorre, de sol a sol, e com ferramentas cortantes e consideradas desapropriadas para suas idades.

Realidades como essas, nos obrigam a revisitar as teorias, nos fornecem pistas de que os conceitos fixos nos impedem de dar conta dessa realidade complexa, móvel onde a cada instante surgem novas possibilidades de vivência do real e cuja dinâmica está sempre à frente daquelas previstas pelas categorias sócio-antropológicas.

A tarefa das ciências humanas e sociais é tentar captá-las sem capturá-las. Aprender a realidade a partir daquilo que ela nos oferece e atentar para os entre-lugares e as entre-linhas da experiência cotidiana em todos os aspectos. Mesmo nestes que só podem ser percebidos no intervalo entre cada batida do machado.

Referências bibliográficas

- ARIÈS, Philippe. 1986. **História social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara.
- COHN, Clarice. 2005. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Coleção Passo a Passo; 57).
- _____. 2000. **A criança indígena: a concepção Xikrin de infância e aprendizado**. Dissertação de mestrado defendida pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de Antropologia. São Paulo: USP.
- _____. 2000. **Noções sociais de infância e desenvolvimento infantil**. In: *Cadernos de Campo*. Ano 10, vol.9 (p.13-26).
- DAMATTA, Roberto. 2000. **Individualidade e Liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade**. *Mana*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1.
- LEITE, Maria Isabel F. Pereira. 1996. "O que falam de escola e saber as crianças da área rural? Um desafio da pesquisa de campo". In: KRAMER, Sônia. & LEITE, Maria Isabel. (Orgs.) **Infância: fios e desafios da pesquisa**. 3ª edição. Série Prática Pedagógica. Campinas: Papirus.
- MARTINS, José de Souza. (coord.) 1993. **O Massacre dos Inocentes: a criança sem infância no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec.
- MEAD, Margareth. 2003. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Editora Perspectiva (Série Debates).
- _____. 1928. **Coming of age in Samoa**.
- _____. **Adolescência y cultura en Samoa**. Buenos Aires: Editorial Abril. s/d.
- MEAD, M. e MACGREGOR, F. 1951. **Growth and Culture, a photographic study of Balinese childhood**. New York: GPPS.
- MORAES FILHO, Evaristo. (Org.) 1983. **Simmel**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.
- MÜLLER, Fernanda & HASSEN, Maria de N. A. 2009. **A Infância Pesquisa**. Revista de Psicologia da USP, vol. 20, n. 3, São Paulo.
- NEVES, D. P. 1999. **A perversão do Trabalho Infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção**. Niterói: Intertexto.

- NUNES, Ângela, SILVA, Aracy; e MACEDO, Ana V. L. da S. 2002. **Crianças Indígenas**: ensaios antropológicos. São Paulo: Global.
- NUNES, Ângela. 2003. “**Brincando de ser criança**”: contribuições da etnologia indígena brasileira à antropologia da criança. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia, ISCTE, Lisboa, Portugal.
- _____. 2005. **Da Antropologia da Infância aos Estudos sobre Infância Indígena e vice-versa**: impasses e possibilidades, comunicação apresentada na VI Reunião de Antropologia do Mercosul, Montevidéu.
- PEIRANO, M. 2003. **Rituais**: ontem e hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Coleção Passo a Passo).
- SIMMEL, G. 2006. **Questões fundamentais de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- SOUSA, Emilene L. 2002. “O futuro profissional da juventude rural: os jovens Capuxu e os filhos do Quandu”. In: **Agricultura Familiar, Meio Ambiente e Desenvolvimento: ensaios e pesquisas m Sociologia Rural**. DUQUE, G. (org.) João Pessoa: Editora da UFPB.
- _____. 2003. “Um outro olhar sobre o trabalho infantil: o caso das crianças Capuxu”. In: **Caos**. Revista Eletrônica do PPGS/UFPB. ISSN/ISBN: 15176916. João Pessoa: Agosto.
- _____. 2004. “Que trabalhais como se brincásseis”: trabalho e ludicidade na infância Capuxu. Dissertação de Mestrado defendida pelo Programa de Pós-Graduação de Sociologia/PPGS da Universidade Federal da Paraíba/UFPB, Campina Grande.
- _____. 2004. **Relativizando o trabalho infantil a partir de uma experiência etnográfica**: o caso das crianças Capuxu. In: **Cadernos Pós de Ciências Sociais**. São Luís, EDUFMA. v. 1 n. 2, (p. 73-91).
- _____. 2007. “Infância e Pobreza”. **Anais do XIII Congresso de Sociologia**. Recife: UFPE.
- _____. 2005. **Infância no Caleidoscópio**: desconstruindo conceitos, desestabilizando teorias. In: **Cadernos Pós de Ciências Sociais**. São Luís, EDUFMA. v. 2 n. 3, (p. 50-75).
- _____. 2007. **Infância e Pobreza**. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife: UFPE.
- _____. 2009. **A experiência com a infância em uma comunidade camponesa na Paraíba**. In: AREND, S. M. F.; PEREIRA, I.; SCHREINER, D. **Infâncias Brasileiras: experiências e discursos**. Cascavel: EDUNIOESTE (p. 213-235).
- TASSINARI, Antonella. 2007. **Concepções indígenas de infância no Brasil**. In: *Tellus*, ano 7, n. 13, Campo Grande: out. (pp. 11-25).
- _____. 2009. **Múltiplas infâncias**: o que a criança indígena pode ensinar para quem já foi à escola ou a Sociedade contra a escola. *Papper* enviado ao 33º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu: Outubro.
- TOREN, Christine. 1993. **Making history**: the significance of childhood cognition for a comparative anthropology of mind. In: *Man* 28 (pp. 61-78).
- TUNNER, Victor. 1974. **O Processo Ritual**: Estrutura e Anti-Estrutura. Petrópolis: Vozes.